

Água, um recurso caro e raro

Brasil e Venezuela não são países que enfrentem carência de água. Ao contrário, a maior parte dos territórios dos dois países está na Bacia Amazônica e na contígua Bacia do Orenoco. Água, portanto, é o que não falta. Mesmo assim, Brasília e Caracas padeceram em anos recentes os dissabores de sério atrito diplomático por causa de água. As autoridades dos dois países usaram suas habilidades para contornar o problema criado pelos garimpeiros, principalmente brasileiros, que penetravam território alheio. Na verdade, a crise não se deveu à violação de território. Seu motivo profundo estava em que os garimpeiros usavam mercúrio para separar ouro da ganga e poluíam os tributários do Orenoco, que corre da região da selva para o litoral habitado. Brasil e Argentina, na década dos 70, alimentaram áspero contencioso em torno das cotas da barragem de Itaipu, isto é, a respeito do volume de água que a calha do Paraiã conduziria, rio abaixo, em direção à Argentina, que tinha projetos próprios para a utilização daquelas águas.

Argentina, Brasil e Venezuela são fartamente irrigados. No entanto, em diferentes ocasiões e circunstâncias fizeram saber, uns aos outros, que seus recursos hídricos estão incluídos entre seus interesses vitais, aqueles diretamente relacionados com a própria existência do país. Idêntica importância dá-se à água em todo o mundo.

Não existe mais região do planeta em que se permita o desperdício dos recursos hidráulicos sem que haja algum tipo de protesto, venha ele de país vizinho que se julgue prejudicado, venha de comunidades preocupadas com o futuro.

Essa preocupação com a água decorre, em grande parte, da consciência de que esse não é um recurso interminavelmente renovável. A água é insuficiente. E não basta ou porque os mananciais se esgotam ou porque o homem cria necessidades além da capacidade de abastecimento. Uma longa faixa do litoral da Califórnia, São Francisco ao Centro, vive há anos racionando água, que vem a custo elevadíssimo do degelo das montanhas de Nevada. São Paulo, por erros de planejamento, não dispõe de toda a água que seus habitantes necessitam. Em consequência, o racionamento se manifesta, mesmo nos meses chuvosos, por meio de cortes intermitentes do fornecimento, em determinados bairros.

Nos últimos tempos, especialistas de vários países têm se dedicado ao estudo das possibilidades de guerras e conflitos regionais tendo por motivo disputas por água. Os acadêmicos que examinam os elementos teóricos da questão geralmente produzem relatórios alarmantes. De fato, há regiões em que a partilha da água é vital para os dois e indesejável para um. De situações assim podem emergir quadros de crise que desembocuem em conflitos. Por outro lado,

os analistas que aplicam esta estrutura teórica a casos concretos geralmente concluem que as disputas por recursos hídricos, ainda que eventualmente configurem crises internacionais, somente em situações excepcionais sobre as quais se apliquem outras tensões e ameaças degenerarão em guerras. Seu argumento é o de que o valor material dos bens em disputa raramente justifica o recurso às armas.

O registro histórico parece dar razão a essa tendência. As bacias mais disputadas estão no Oriente Médio, região potencialmente explosiva. O acesso ou a garantia a fontes de água, no entanto, apenas justificou o emprego de forças armadas quando Israel interrompeu um projeto sírio-jordaniano para desviar o Rio Jordão, no princípio da década dos 60. Nas guerras de 67 e 73, Israel ocupou fontes e mananciais. Atualmente, um dos tópicos de discussão nas conversações sobre o Golan é a linha divisória com a Síria, não apenas por causa da escassa profundidade do território israelense como pela vulnerabilidade do sistema formado pelo Mar da Galiléia e o Jordão.

A água está cada vez mais escassa porque o homem insiste em irrigar a agricultura em busca de maior produtividade; adota pro-

cessos industriais que consomem água em abundância; e se torna cada vez mais urbano, demandando quantidades crescentes de água para seu consumo doméstico e posterior emissão de esgotos. No Brasil, nem todos parecem se dar

conta da importância maior que a água vai assumindo na vida moderna. O governo já pensa em cobrar pelo uso industrial e comercial da água, diferentemente do que faz hoje, cobrando pelo uso das instalações

de captação, tratamento e transporte. Começa-se a considerar a água não como uma dádiva da natureza, mas como um bem público, de valor tangível, recurso renovável, mas não interminável.

Não tardará e em todas as partes, aqui inclusive, será necessário repensar o uso que se dá à água. A relação custo-benefício de sua utilização na agricultura, na indústria e nos lares terá de ser examinada cuidadosamente, com vistas a uma divisão de trabalho mais inteligente e eficiente. Afinal, regimes prevendo a utilização conjunta e compartilhada de um recurso que antes era tido como propriedade nacional exclusiva já não são ficção. No acordo de paz entre israelenses e palestinos, várias páginas são dedicadas à maneira como utilizarão a escassa água que, lá, é sinônimo de vida.

A água já não é vista como dádiva da natureza, mas como bem público cada vez mais caro e raro

Documentação

7/1/96 Pa H-3

1011900001